

A tentativa de construção do Socialismo em Moçambique: retrospectivas de um passado presente

The Process of Construction of the Socialism in Mozambique: retrospectives of a present past

Óscar Morais Fernando Namuholopa

Doutorando em Sociologia na Universidade Federal de Goiás - UFG

oscarnamuholopa@gmail.com

Resumo

Na presente comunicação pretendemos discutir a questão do socialismo, tendo como exemplo Moçambique, que experimentou esta política social na gestão da coisa pública nos anos imediatamente posteriores à independência. Para isso, discutiremos os conceitos de socialismo e de marxismo como equidistantes que confluem num ponto, o de criar humanamente condições de vida para a sociedade; analisaremos as várias medidas governamentais na luta contra a velha concepção (o colonialismo) tomadas durante a vigência do socialismo em Moçambique no sentido de criar uma nova ordem social na promoção da dignidade da pessoa humana e o bem-estar coletivo. Destacamos ainda o papel específico da educação na formação do homem novo, um homem renascido, isento de ideologias coloniais, íntegro e formado na perspectiva socialista e capaz de enfrentar os campos do avanço científico e da arte.

Palavras-chave: FRELIMO. Homem novo. Marxismo-leninismo. Moçambique. Socialismo.

Abstract

In the present communication, we intended to discuss about the socialism, taking immediately as example the Mozambique, a country that experienced this social politics in the administration of the public thing in the years subsequent to the independence. For that, we will discuss the concepts of socialism and of Marxism as halfway, but converge in a point, the one of creating life conditions humanly for the society. We will analyze the several government measures in the fight against the old conception (the colonialism) sockets during the validity of the socialism in Mozambique in the sense of creating a new social order in the promotion of the human person's dignity and the collective well-being. We still detached the specific paper of the education in the new man's formation, a reborn man, exempt of ideologies colonial, complete and formed in the socialist and capable perspective of facing the fields of the scientific progress and of the art.

Keywords: FRELIMO; new man; Marxism-Leninism; Mozambique; Socialism.

Introdução

Moçambique é um país da região meridional da costa oriental africana que, em semelhança de outros países de África, da América Latina e Ásia conheceu uma dura colonização europeia portuguesa. Os portugueses fizeram-se ao território no século XV, numa primeira fase como simples mercadores, para depois passarem a exploradores e colonizadores.

Esse processo de ocupação não foi pacífico e em muitos dos casos consistiu numa imposição e destruição da ordem social vigente, e em consequência disso, surgiram fortes movimentos de resistência contra essa ocupação. Porém, a superioridade bélica e a prepotência europeia, na qual o colonizador julgava-se detentor de plenos poderes para dominar, entre outros fatores, levaram ao colonizador a fazer tudo para fracassar as resistências africanas. Durante esse processo, o colonizador ao fixar as fronteiras entre as suas esferas de influência não buscou respeitar os princípios étnicos, orientando-se através dos acidentes naturais e, noutros casos, em linhas imaginárias, desfalecendo, assim, as unidades antes criadas. Para acabar com esse jugo colonial em Moçambique foi preciso um processo revolucionário cujo movimento acabou em guerrilha, que durou dez anos de luta, até o derrube completo do colonialismo.

Terminada a contenda, Moçambique, pela sua constituição, experimentou o socialismo na gestão da coisa pública, sob orientação da ideologia marxista-leninista, no intuito de resgatar a dignidade humana e a unidade dos povos antes negligenciadas pelo capitalismo selvagem, tendo em conta que o capitalismo não se preocupou com a questão humana, senão colocar no centro das suas atenções a “mais-valia”, ou seja, tirar o máximo proveito dos territórios sob suas alçadas. Nesse sentido, a educação assumiu um papel importante na implantação da nova ideologia. De acordo com Gonçalves (2009), era preciso, através da educação, substituir o “velho” pelo “novo”. Era “velho” tudo que era colonial, burguês e capitalista; “novo”, tudo o que tinha a ver com o socialismo, o que era moderno e longe das características do “velho”.

É disto que pretendemos discutir nos parágrafos que seguem, no sentido de fazer uma retrospectiva da experiência e esforços do governo, que se constituiu logo depois da independência, na reconstrução de uma sociedade “homogénea”, na promoção da pessoa humana e resgate dos valores identitários do povo de Moçambique. Para isso, passaremos

primeiro por uma breve revista dos conceitos de socialismo, dos princípios marxistas-leninistas e, posteriormente, do socialismo em Moçambique.

Passando em revista os postulados do Socialismo e Marxismo

Muitas das vezes os conceitos de socialismo e marxismo costumam coincidir num ponto: o de criar condições para um bem-estar das massas. Esta é a razão pela qual o termo e o conceito de socialismo andam unidos desde a origem com os de comunismo. Por socialismo pode se entender um ordenamento jurídico-económico fundado numa organização social na qual o direito de propriedade seja fortemente limitado; os principais recursos económicos estão sob o controle das classes trabalhadoras; e a sua gestão tem por objetivo promover a igualdade social, através da intervenção dos poderes públicos (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998).

Por seu turno, Durozoi e Roussel (1993, p. 440) definem o socialismo como sendo:

Concepção política e econômica que animada por um ideal de justiça e de fraternidade, tende a subordinar o indivíduo à sociedade, que, submetida a uma organização funcional, atribuir-se-á como o triunfo do bem geral sobre o interesse individual. O socialismo opõe-se ao mesmo tempo ao individualismo e ao liberalismo econômico (capitalismo) por sua recusa da propriedade privada dos meios de produção e da livre concorrência, enquanto a **socialização** visa a comunicação dos meios de produção e a distribuição igualitária dos meios de produção. (grifo do autor).

Embora tenham sido usadas por escritores italianos do século XVIII e do início do XIX (F. Facchinei, A. Buonafede, G. Giuliani), as palavras *socialismo* e *socialista* adquiriram seu sentido moderno nos programas de cooperação entre os operários e nos de gestão comum dos meios de produção propugnados pelos owenianos na segunda metade da década de 1820-1830, sendo em seguida largamente empregados, neste sentido, na década seguinte, na Inglaterra e na França (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998).

Apesar do mérito socialista atribuir-se aos marxistas autointitulados socialistas científicos (Marx e Engels), como veremos, os fatos mostram que as suas bases foram muito bem definidas e testadas por aqueles condenados utópicos (Robert Owen, Charles Fourier e outros). Nesses termos, Frank e Fuentes (1989, p. 41) dizem a respeito que “[...] é possível

que os socialistas utópicos – que Marx condenou como utópicos, em vez de científicos – terminem sendo muito menos utópicos que os supostos socialistas científicos, pois a visão destes últimos terminou sendo muito mais utópica que científica”. Pode ser que os socialistas utópicos tenham sido mais realistas que os científicos, ao se esforçarem e se organizarem para mudar a sociedade por meio de projetos, ainda que pequenos, mas possíveis, sem que para tal fosse necessário a tomada do poder do Estado.

De acordo com Berger (2015), o projecto de Owen consistiu na implantação de uma vila modelo, financiada por ele mesmo, para de fato pôr em prática as experiências cooperativas com vista a superar o capitalismo e a competição. O ambicioso projeto deste burguês fracassara pelo fato de funcionar como uma ilha, ladeada por todos os lados pelo capitalismo, e as cooperativas terem sido criadas por humanos dotados de espírito e cultura capitalistas.

Paralelamente a Owen, estava Fourier, que engenhosamente elabora a ideia dos falanstérios¹, num total de 700. Longe de se tornar realidade e superar os males do capitalismo, o projeto torna-se uma utopia literária. Quer o projeto de Owen, quer de Fourier, ambos foram boas propostas, mas tiveram pouca sorte de encontrar apoio para a sua efectivação, por razões referidas. Apesar do fracasso, no campo social, político e científico, foram uma grande vitória, olhando para seus objetivos.

Como referimos, o socialismo e o marxismo não diferem tanto no conteúdo. O termo marxismo designa tanto o pensamento de Karl Marx e de seu principal colaborador Friedrich Engels, como também as diferentes correntes que se desenvolveram a partir do pensamento de Marx. Dessas correntes, podem se distinguir entre o marxismo (relativo aos estudos desenvolvidos por seguidores e admiradores de Marx) e o pensamento marxiano (do próprio Marx). O marxismo é, por vezes, também conhecido como materialismo histórico, materialismo dialético e socialismo científico (termo empregado por Engels) (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2006).

Marx e Engels na luta pela justiça social afirmam em a *Ideologia Alemã* (2008, p. xvi) que “o homem da sociedade comunista será o homem total, livre das alienações e mutações impostas pela divisão do trabalho reinante na sociedade burguesa e apto a realizar

¹ Grande organização da produção, no meio da qual os trabalhadores vivem em comunidade, segundo o sistema de Fourier.

suas múltiplas potencialidades”. Marx propõe a abolição da divisão do trabalho, pois cria desigualdades sociais, uma vez que os produtos são distribuídos de forma desigual, quer em quantidade, quer em qualidade. Para que esse propósito se tornasse realidade seria necessária a superação da propriedade privada, na qual os homens são feitos propriedade dos outros homens, na sua condição de escravos.

Os autores consideram a propriedade privada como a forma de existência do capital e que, no entanto, deve ser abolida enquanto tal, por acentuar a desigualdade entre os humanos. Marx não poupou críticas contra a acumulação desenfreada. Muito mais radical, vai longe ao afirmar que “[...] O Homem *rico* é simultaneamente o homem *carente* de uma totalidade de manifestação humana de vida” (MARX, 2008, p. 112, grifo do autor). Propõe a substituição da propriedade privada pela propriedade comunitária. Entende que a comunidade é apenas uma comunidade de trabalho e de igualdade de salário, num mundo em que o capitalista é a própria comunidade em pleno comunismo. Para Marx, “[...] *O comunismo* é, finalmente, a expressão positiva da propriedade privada supra-sumida, acima de tudo a propriedade *privada universal*” (2008, p. 103, grifos do autor).

Ao propor terminar com qualquer forma de relacionamento entre homens, nega a submissão do homem pelo homem, pois o ser humano existe para si mesmo. Defende que a relação imediata, natural, necessária do homem com o homem é a relação do homem com a mulher. Admite o autor que este comunismo, enquanto naturalismo consumado, é igual ao humanismo.

Uma das correntes do marxismo é o leninismo. Para Japiassú e Marcondes (2006) o leninismo é uma doutrina política criada por Vollandmir Lenin (1870-1924), líder da Revolução Russa, como interpretação própria do marxismo, também conhecida como marxismo-leninismo. Não sendo acabada a teoria de Marx, o leninismo preocupou-se sobretudo com a organização e a fundamentação doutrinária do Partido Comunista, tendo em vista seu papel histórico e sua função revolucionária. O corolário de Lenin visava a tomada do poder pelo proletariado como agentes da vanguarda revolucionária.

Ademais, ainda hoje, há gente que escorre toneladas de tinta para criticar o marxismo e não dá conta tampouco do seu carácter humano e de suas denúncias da expropriação e alienação da força de trabalho do proletariado, que fica cada vez mais arruinado em nome do capitalismo que assume várias formas para se autoafirmar.

Há uma tendência socialista dentro do capitalismo. Ao contrário do que pregava Marx, para quem o proletariado devia associar os seus instrumentos de trabalho para a produção colectiva e o fruto repartido por igual a todos os membros, os capitalistas associam o seu capital, constituindo grandes cartéis e corporações e o fruto repartido em função do volume do capital investido. Aqui nota-se claramente que os capitalistas ao associarem o seu capital visam tirar o maior proveito possível e subjugam ainda mais a classe explorada.

Todas as formas de governo comprometidas com o bem-estar das suas populações terão alguma base assente nos princípios do marxismo e nunca na sua totalidade no capitalismo selvagem, pois este já provou mais de mil e uma vezes ser incapaz de criar uma harmonia social, igualdade perante os indivíduos e justiça social, criando, ao contrário, um fosso enorme de desigualdade: ilhas de riqueza, por um lado, e mares de pobreza, por outro.

Os princípios socialistas e marxistas influenciaram vários líderes revolucionários do mundo na luta pela liberdade das suas pátrias. Tal é o caso de Moçambique que adoptou o socialismo na sua primeira República por achar ser a forma mais justa de administrar a sociedade.

Socialismo em Moçambique: um passado presente

Após 10 anos consecutivos de luta e derramamento de sangue em nome da liberdade, finalmente era chegado o momento de dar fim ao longo processo de exploração e colonização que subjugou o povo moçambicano por longos anos de sua história. Foi no decorrer do ano de 1975, sob égide de Samora Moisés Machel², que foi proclamada a independência de Moçambique, fato que marcou uma nova etapa do ciclo de vida para a jovem nação ora emergente. Portanto, era preciso que uma nova ordem política e uma nova estrutura social fossem criadas para dar um novo rumo à dinâmica social para qual os moçambicanos fossem atores da sua própria história. Mas para isso, era preciso uma nova política, que fosse forte no campo social, sendo o socialismo a ideal entre as demais com vigência na época.

² Samora Moisés Machel, 2º Presidente da FRELIMO, após a morte de Eduardo Mondlane em 1969, 1º Presidente de Moçambique independente. Machel destacou-se na luta contra o terrorismo, o racismo e o colonialismo na África Austral. Morreu num trágico acidente de aviação quando voltava duma missão de paz em 1986.

A consciência socialista da FRELIMO³ nasce ainda no decorrer da luta armada. De acordo com Brito (2009, p.18), “Ao mesmo tempo, no decorrer do processo da luta (armada, a partir de 1964), a hegemonia de um grupo revolucionário inspirado pelo marxismo foi-se consolidando, tendo-se afirmado definitivamente no início dos anos 1970”. O despertar desta consciência foi influenciado sobremaneira pelos contactos que a FRELIMO manteve durante a luta com os países socialistas, deles obtendo apoio para logística militar. Esses países eram contra o capitalismo e, segundo Gonçalves (2009, p. 207), “[...] seria muita incoerência, por parte dos intelectuais da Frente [FRELIMO], afirmarem que pretendiam construir uma sociedade igualitária adotando, em contrapartida, um projeto de carácter capitalista de governação”. No entanto, o partido a ser criado teria uma orientação socialista-marxista e com forte apoio de todas as forças vivas da sociedade moçambicana. Foi nessa perspectiva que,

A FRELIMO, como preparação do III Congresso, publicou um conjunto de teses que sintetizavam o princípio da sua opção pela transformação em partido marxista-leninista, o seu carácter de classe e a sua constituição em Partido de Vanguarda da aliança operária-camponesa e o seu papel dirigente do Estado e da sociedade. Essas teses foram amplamente estudadas nos diversos sectores da sociedade e adoptadas no III Congresso, em Fevereiro de 1977. Coerente com a concepção leninista, o Partido foi concebido como o agente central da direcção do Estado, da organização, da educação das massas trabalhadoras e da democratização da sociedade. (GÓMEZ, 1999, p. 271).

Portanto, o Partido poderia ser composto, explicam as teses ao III Congresso, por quadros de vanguarda da classe operária e também da classe dos camponeses militantes; em primeiro lugar, por aqueles que participaram ativamente nas cooperativas e nas aldeias comunais. Os outros trabalhadores, intelectuais funcionários dos mais variados sectores de trabalho também podiam fazer parte, desde que, através da sua luta, mostrassem abandonar a velha mentalidade (ideologia colonial).

Assim, o recém-formado Partido FRELIMO esforçou-se em criar a sua estrutura de base em todos os níveis da sociedade moçambicana, com vista a responder aos anseios desta formação política. Com efeito, os comités foram ampliados a todos os níveis, começando nas

³ Frente de Libertação de Moçambique – movimento que levou a cabo a insurreição contra o colonialismo português em Moçambique.

Células. Passando pelos comités de todos os níveis, iria desaguar no Congresso, o órgão soberano e deliberativo ao mais alto nível do Partido. Estes órgãos do Partido, de acordo com Gómez (2009), reuniam-se regularmente em debate e tomada de decisões sobre os grandes problemas nacionais e recomendava ao Estado para a observação e cumprimento de suas decisões que se presumia serem preocupações das massas.

De acordo com a fonte, pelo seu carácter leninista, que é uma vanguarda operária, nas primeiras campanha de estruturação do Partido, o grande número de células concentrou-se no Aparelho do Estado e nas fábricas. Só seria nas campanhas posteriores que a estrutura do Partido chegaria aos demais cidadãos comuns de todos os níveis, armando-os de ferramentas ideológicas para o seu papel ativo nos debates dos assuntos que mais lhes preocupavam.

Posteriormente foram estabelecidos conselhos de produção. Nesse âmbito, ao nível local, exigiu-se a participação dos trabalhadores no processo de planificação. As metas de produção de cada sector deveriam ser estabelecidas só depois da consulta dos trabalhadores, pois eram eles quem conheciam melhor o que fazer e como fazer para atingir as metas planificadas. Com efeito, progressivamente foram incorporados nos sectores de planificação do Partido e do Estado trabalhadores dos diversos ramos da economia nacional para facilitar a concepção e evitar possíveis equívocos⁴ nos planos.

Gómez refere que no quadro da estruturação da economia o III Congresso definiu a necessidade de concentrar no Estado a planificação económica de modo a estabelecer as metas de produção às empresas, recomendando para isso, a criação de uma comissão de planificação até finais de 1977. Estas directrizes atribuíam ao Estado a autonomia de criar estratégias de um crescimento económico acelerado à altura dos objetivos e necessidades para fazer de facto a economia de Moçambique forte e, não só capaz de competir, como também de servir de referência ao nível da região. Por isso mesmo, a comissão planificadora recebeu a missão de definir as áreas prioritárias e estratégicas. A agricultura mecanizada e a indústria foram algumas delas, com maior predominância do setor estatal, que se desenvolveria em paralelo com o privado. Segundo o artigo 6º da constituição da República Popular de Moçambique (1975), “O Estado promove a planificação da economia, com vista a garantir o aproveitamento correcto das riquezas do País e sua utilização em benefício do povo moçambicano”.

⁴Apesar de ter sido teórico e não conseguir redimir significativamente os problemas candentes na planificação, pois colocava-se um outro imbróglio, a formação dos seus quadros.

Foi nesse âmbito que no início de 1980 foi concebido o Plano Prospectivo e Indicativo (PPI), definido conforme os modelos dos países socialistas do leste da Europa e com fortes traços comuns com o plano de Estaline de transformação da natureza⁵. Este plano congregava as acções a serem aplicadas em cada um dos setores da sociedade e com maior enfoque para a economia. O plano previa um desenvolvimento equilibrado num período de 10 anos, ou seja, a década de 80/90. O subdesenvolvimento seria vencido, de acordo com o plano, com base no poder da ciência, da arte e da técnica. Foi a partir desse credo que o governo, para além de promover a educação internamente, levou parte significativa dos seus filhos para aprimorarem os seus conhecimentos nesse domínio da ciência e da técnica junto dos países amigos.

Entre outros objetivos de que o plano se propunha, Gómez (1999, p. 301) escreveu pormenorizadamente:

O PPI pretendia desenvolver grandes unidades de produção agro-industriais, de propriedade estatal, espalhadas por todo o país, que seriam o elemento dinamizador do processo de socialização do campo e viriam a reduzir os desequilíbrios regionais. A socialização do campo supunha: 1) o desenvolvimento de formas colectivas entre os camponeses, possibilitando assim a introdução de técnicas modernas de produção; 2) a concentração das populações em aldeias, abrindo possibilidades para um melhor atendimento às necessidades sociais: educação, saúde.

Esta preocupação de promover a agricultura e a indústria era uma questão constitucional. O artigo 6º da constituição da República Popular de Moçambique (RPM) afirma que o Estado tomava a agricultura como a base e a indústria como fator dinamizador e decisivo da política económica no sentido da liquidação do subdesenvolvimento e da criação de condições para a elevação de vida do povo. Nestes termos, o Estado comprometia-se a dar o apoio necessário para a efectivação do tal objetivo e o aproveitamento pleno dos recursos e

⁵ O Plano de Estaline previa um desenvolvimento explosivo no período de 15 anos para garantir a subsistência e a exportação e contava com grande apoio das Academias de Ciências da URSS. O plano investiu na construção de maquinaria agrícola de alta qualidade, como as plantadoras, cultivadoras, irrigadoras, ceifeiras, debulhadoras, etc.

potencialidades do país de forma racional. As aldeias comunais⁶, para além de facilitarem a prestação de serviços básicos, como já nos referimos, foram concebidas no intuito de agrupar a população de diversos estratos de modo a socializá-los.

Nessa perspectiva e segundo Nunes (2000, p. 29 *apud* GONÇALVES, 2009, p. 212), a política de aldeamentos proposta pelos dirigentes da FRELIMO visava transformar os membros da sociedade tradicional em operários do setor estatal agrário ou industrial. Sustenta que esse princípio da FRELIMO foi caracterizado pela ausência de uma política agrícola especificamente orientada para a sociedade doméstica. Esta tendência visava de operacionalizar os princípios do partido de vanguarda da aliança operária-camponesa.

Em paralelo às aldeias e para pôr em prática os princípios do comunismo, no lugar de *kolkhozes* e *sovkhozes*⁷ na URSS, o governo criou as cooperativas, as *machambas*⁸ colectivas e estatais. Nestes empreendimentos, a população participava nas atividades comumente e o fruto do trabalho era repartido por igual.

Outro objetivo era criar um excedente comum e aperfeiçoar o camponês às técnicas de produção das culturas alimentares e de rendimento, ao contrário das obrigatórias impostas pelo colono. Especialmente as *machambas* estatais, que consistiam em grandes projetos agrícolas, visavam criar o outro lado da revolução: A revolução agrícola. A FRELIMO entendeu que a unidade constrói-se também com base no trabalho coletivo. Assim, por exemplo, professores e alunos “[...] devem trabalhar lado a lado, em todas as tarefas, porque na Revolução não há grandes ou pequenas tarefas, há tarefas revolucionárias [...] É no esforço comum, no suor vertido ao mesmo tempo, [...] que se materializam a compreensão e conhecimento e se consolida a unidade.” (SAMORA *apud* GÓMEZ, 1999, p.154).

No campo da sua orientação política, a FRELIMO esforçou-se na sindicalização dos sectores de trabalho, particularmente das empresas, com vista a fazer-se um partido de vanguarda com forte apoio do proletariado. Os sindicatos, de acordo com Gómez, tinham a missão de organizar a classe operária na frente de produção:

⁶ Para GONÇALVES (2009, p. 221) “[...] o fenómeno das aldeias comunais, [...], em grande parte decorreu da imposição, fato que levou à crise no ethos”. Em decorrência disso, algumas aldeias fracassaram, pois que a população retirou-se delas, justificando-se deixar um grande legado histórico na sua proveniência.

⁷ *Kolkhozes* – cooperativas dos camponeses livremente associados com vista a formar uma grande empresa agrícola socialista, de meios de produção e trabalho coletivos. *Sovkhozes* – grande empresa agrícola estatal na URSS, cujo objetivo era aperfeiçoar as técnicas de produção a serem implementadas nos *Kolkhozes* (DA SILVA; DYNNIKOV, 2014; GUENNADI, 2014).

⁸ Refere-se ao campo de produção alimentar.

Os sindicatos socialistas organizam o trabalho, praticam a disciplina, promovem o aumento da produtividade, incentivam o espírito inovador e criativo [...] No local de trabalho, [...] participam na eliminação das relações sociais de produção de tipo capitalista e no desenvolvimento [...] de relações socialistas de produção. (FRELIMO, 1983 *apud* GÓMEZ, 1999, p. 291).

Apesar de bem concebido e estruturado, o PPI fracassou no campo da prática devido ao contexto da região, as campanhas de sabotagem, como é o caso da República da África do Sul (RAS) que, para além das contradições ideológicas, via no plano como uma ameaça contra a sua hegemonia económica ao nível da região Austral de África. Este fator levou a RAS a financiar a Guerra dos 16 anos em Moçambique. Segundo Brito (2009, p. 21),

[...] Organizada inicialmente com o apoio da Rodésia e posteriormente da África do Sul, a Renamo conduziu uma guerra que se espalhou rapidamente a todo o país, agravando a situação económica e destruindo uma parte da infra-estrutura económica e social, sendo as aldeias comunais, as cooperativas, as escolas, os centros de saúde, as fábricas, as estradas e as pontes, os alvos privilegiados dos ataques da guerrilha.

Deste modo, o governo enfrentava dois inimigos ao mesmo tempo: 1) combate contra o subdesenvolvimento, o analfabetismo e os pequenos redutos do colonialismo e reaccionários da revolução e; 2) o MNR⁹ que de forma brusca, em função desse financiamento de capitalistas retrógrados, desenvolveu uma guerrilha rapidamente por quase todo o país. Associaram-se aos agentes do fracasso do plano decano, que, segundo Gómez, só funcionou a título experimental de 1980-1984, alguns países europeus adeptos do neocolonialismo que viam seus interesses ameaçados na região e se juntaram aos financiadores do MNR.

⁹ Sigla primitiva da RENAMO, Resistência Nacional Moçambicana, hoje maior Partido da oposição.

Para pôr de facto em prática o poder popular, conforme Gómez, em 1977 foram realizadas as primeiras eleições gerais¹⁰, como clara resposta ao poder popular democrático legitimado pela Constituição de 1975. Entre as atribuições da Assembleia Popular, destaca-se: legislar sobre assuntos essenciais, quer da política interna, quer da política externa, e fiscalizar e supervisionar as actividades do Aparelho do Estado. As eleições de 77 foram uma surpresa para o povo que não havia habituado aos acontecimentos do género, pois quase a totalidade da população havia sido excluída da participação política na administração colonial.

Com referência a esta matéria, Brito (2009, p.20) adianta que “ [...] Em paralelo, foi iniciado um processo de formação de Assembleias do Povo, numa organização piramidal cujo topo era a Assembleia Popular (nacional). [...]”.Debaixo da Assembleia Popular, havia as Assembleias Provinciais e Distritais, as chamadas de Assembleias do Povo. A Assembleia Popular tinha por definição de suas competências as questões da nação como um todo, enquanto as Assembleias do Povo, de nível provincial e distrital, tinham apenas comparências de debater assuntos da respectiva área jurisdicional. Os representantes das Assembleias de todos os níveis eram eleitos nas conferências eleitorais do escalão imediatamente inferior. De acordo com Gómez (1999), a direcção das tais Assembleias era confiada aos Primeiros Secretários do Partido da respectiva área, que era igualmente o representante do mais alto nível do Estado (governador provincial, administrador de distrito ou de localidade) e no caso da Popular, era o Presidente da República. As assembleias¹¹ foram concebidas como instrumento de apoio ao Partido e ao governo, razão pela qual todas as unidades territoriais estavam representadas, numa clara alusão de uma democracia popular representativa e descentralizada.¹²

O papel da educação na política socialista

¹⁰ As primeiras eleições gerais foram realizadas em 1977, do poder democrático popular e de partido único, a FRELIMO. As primeiras eleições gerais multipartidárias foram realizadas em 1994, como resposta da constituição de 1990 e do Acordo Geral de Paz de Roma de 1992. A Assembleia Popular tinha duas sessões ordinárias por ano.

¹¹ Algumas das Assembleias não chegaram de funcionar segundo os propósitos pelos quais foram criadas. Isto explica-se pelo fato de não haver uma demarcação clara das competências entre o Governo, Partido e Assembleia (GÓMEZ, 1999).

¹² Apesar da intenção, praticamente o poder estava centralizado, olhando que o representante do Governo de cada um dos níveis era igualmente Primeiro Secretario do Partido e Presidente da respectiva Assembleia.

Portanto, só foi depois da instalação do aparelho administrativo e ideológico, sob orientação política marxista-leninista, que o governo começou com uma campanha de consciencialização da população, a divulgar o seu projecto de Estado-nação, destacando elementos identitários do povo moçambicano. Enfim, a despir no povo da ideologia colonial e a imbuir nele a necessidade de aprimorar e exaltar as suas minorias nacionais antes negadas e a conviver a unidade na diversidade, uma vez que, de acordo com Hedges *et al* (1999), o colonizador ao definir as fronteiras territoriais não respeitou o princípio étnico-linguístico ou psicológico, definindo-as ao seu mero prazer, orientando-se nos acidentes naturais (rios e montanhas) e linhas imaginárias. Assim, é frequente encontrar o mesmo povo dum e do outro lado das fronteiras. Portanto, o Estado teve uma grande missão em criar bases para a formação da nação com todas essas assimetrias. Ao contrário do lógico em que a nação cria o Estado, para o caso moçambicano foi o Estado que criou a nação.

Nessa perspectiva, era preciso um esforço no sentido de criar um sentimento comum no povo, esclarecer que apesar das divergências, era um só povo, que comungou o mesmo passado (o colonialismo) e unido pela mesma causa, a liberdade. Esta árdua tarefa de restituição da confiança do povo e o sentimento de pertença só seria possível através do socialismo com orientações marxistas, por incentivar o coletivismo. Com o sistema segregacionista do colonialismo português, em que dum lado, por exemplo, estavam as escolas oficiais destinadas aos filhos dos portugueses e assimilados¹³, oferecendo um ensino, e de outro, as escolas indígenas, como diz o termo, destinadas aos nativos com uma formação limitada, o Estado português acabava legitimando a divisão de classes, inimigo da unidade.

O governo socialista estancou esta tendência ao garantir o acesso à escola e oportunidades a todos cidadãos sem distinção alguma. Definiu o ensino como o instrumento responsável para criar novas mentalidades e atitudes, de difusão dos princípios de unidade e coesão entre povos, mesmo que muitas fossem as suas diferenças étnicas, tanto quanto os seus estatutos sociais. Desta forma, a educação representou uma arma fundamental para criar uma nova personalidade na formação do “homem novo” e na difusão da ideologia socialista em geral.

Conforme Gómez (1999), era preciso através da educação a todos os níveis fomentar a unidade do povo contra as tendências separatistas do colonialismo. Era necessário

¹³ Referem-se aos nativos que tiveram uma formação inicial completa e adquirido a nacionalidade portuguesa.

criar um sentimento unitário da totalidade, explicar as diferentes formas de opressão do colonialismo em Moçambique, esclarecer que a resistência dos Mataka e Maconde no norte, de Barué no centro e Ngungunhane no sul eram contra o mesmo inimigo, o colonialismo. Assim era possível despertar o sentimento de unicidade, de pertença e de irmandade. Por seu turno, Basílio (2010, p. 82) considera que a questão da moçambicanidade devia ser preparada pelas escolas com orientações para os problemas reais e para uma cidadania dos moçambicanos. Para isso, era preciso reformular a estrutura de educação para contrapor à dinâmica escolar colonial e adequar às reais condições e necessidades do povo moçambicano. Hedges *et al* (1999) lembra que a educação colonial oferecia para os africanos uma educação que ensinava o Português, a Aritmética, História e Geografia de Portugal, Educação Moral, etc., que praticamente em nada dizia respeito as suas realidades culturais. O seu objetivo era o de preparar o “indígena” para o seu papel de servidor mais barato da economia portuguesa em Moçambique.

Foi assim, em resposta das deliberações do III Congresso e na operacionalização do PPI, que o Ministério de Educação e Cultura (MEC), no seu esforço de harmonizar as políticas educativas, cria o Sistema Nacional de Educação (SNE) em 1983, através da Lei 04/83 de 23 de Março. De acordo com a RPM, citada por Gómez (1999, p.356), entre vários, “O SNE tem com objetivo central a formação do Homem Novo¹⁴, um homem livre do obscurantismo, da superstição e da mentalidade burguesa e colonial, um homem que assume os valores da sociedade socialista”. E o segundo mais próximo é este: “[...] ‘erradicação do analfabetismo’ para assegurar a todo o povo o acesso ao conhecimento científico e o desenvolvimento pleno das suas capacidades e a introdução de uma escolaridade obrigatória e universal de acordo com o desenvolvimento do país para garantir a educação básica a todos [...]” (GÓMEZ, p. 357). É disto que se resume nos objetivos norteadores da educação concebidos na perspectiva socialista. Portanto, de acordo com fonte, a lei do SNE fundamentava-se nas experiências da FRELIMO das zonas libertadas durante a luta armada e assentava-se numa trindade: estudar, combater e produzir. Baseava-se também nas experiências da longa marcha do processo de construção do socialismo, nos princípios

14 O termo *Homem Novo* foi colocado pela primeira vez por Samora Machel, em 1974, na sua obra “Fazer da escola uma base para o povo tomar o poder” e amplamente empregue por Sérgio Viera, em 1977, na sua dissertação/apresentação na reunião do MEC, conhecida como “O Homem Novo é um processo”. (GÓMEZ, 1999, p 400).

universais do marxismo-leninismo e das reais necessidades socioculturais da humanidade. Assim, em referência à RPM (1985), Gómez escreveu:

[...] o SNE responde às exigências actuais e à estratégia de desenvolvimento socialista e está perspectivado e planificado de forma a contribuir para a consolidação da aliança operária-camponesa e a ser agente potenciador das transformações que se prevêm com a socialização do campo, a mecanização da agricultura e a indústria do país. (1999, p. 153).

Tal como preconizava o plano económico, o plano do MEC almejava eliminar o nível de analfabetismo, a única herdade do período colonial, num curto período de tempo, melhor dito, num decénio.

Frente dos objetivos do MEC colocava-se um desafio: a falta de quadros para assegurar essa grande ofensiva humanizadora. Diante dessa demanda que se estendia por todos os ramos do setor público, segundo Gómez (1999), em 08 de Março de 1977, num encontro que reuniu estudantes, professores e quadros da educação em Maputo, Samora Moisés Machel apelava à necessidade destes estudantes interromperem os seus estudos para assegurarem os sectores vagos, pois que a pátria chamava por eles. O apelo não foi colhido com simpatia por parte de certos estudantes e famílias que tinham aspirações individuais e contrárias ao colectivismo, porém acabaram respondendo esta necessidade soberana e revolucionária. Com a medida, foi possível suprir parte da falta de professores, todavia, passado algum tempo e postas as mãos a medir, os resultados não foram tão animadores e entre as hipóteses da razão, aventava-se a falta de motivação psicológica e preparação pedagógica por parte de professores, fruto do 08 de Março, o rácio professor-aluno, a carga horária de professores, a falta do material didáctico, a redução de horas letivas e supressão da carga horária de disciplinas obrigatórias para acomodar dois ou três turnos na escola.

A educação envereda pela opção socialista como um imperativo do contexto do momento e para permitir a dissolução de seu carácter classista até pouco antes prevalecente como prática da administração colonial. Com efeito, a planificação e gestão dos principais sectores do MEC foram colectivizados e adoptou-se o princípio de centralismo democrático. Assim,

A todos os níveis, começa a substituir-se o estilo *elitista* – que se pensa ser característica do Estado Colonial – por um estilo *colectivo* de direcção do MEC. Por

exemplo, as Direcções Nacionais para Alfabetização e Educação de Adultos assim como de Educação e Desportos foram dirigidas entre 1977 e 1978, por um corpo directivo [...] (MEC *apud* CASTIANO; SEVERINO; BERTHOUD, p. 53, grifos dos autores).

Esta tendência foi extensiva às Províncias e Distritos onde no mesmo período a direcção da educação fora confiada às Comissões Provinciais de Educação e Comissões Distritais de Educação respectivamente. Mais tarde estas direcções seriam substituídas pelos respectivos Directores Nacionais, Provinciais e Distritais.

Esta educação desenvolveu-se sob três tendências fundamentais, a destacar: 1) Alfabetização e Educação de Adultos, para os que por várias razões não o fizeram na devida altura; 2) Educação inicial, para os mais novos e; 3) Ensino Técnico Profissional e universitário, para formar os mais variados quadros que iriam assegurar os diversos setores de actuação social e económico.

Com a alteração do quadro jurídico e entrada em vigor de uma nova constituição, que deixou de lado os princípios socialistas pelos quais inspirava-se a lei de educação de 1983, tornava imperioso rever parcial ou profundamente o SNE. Com efeito, em 1992 foi revista e aprovada uma nova lei do SNE. A Lei 06/92 faz intervenções pontuais na estrutura da educação com vista a imprimir uma nova dinâmica do setor.

Fracasso e termo do socialismo em Moçambique

Em semelhança do socialismo utópico, o socialismo moçambicano fracassou por razões similares. Encontrava-se ladeado por amantes do capitalismo, quer ao nível interno, quer ao nível externo. Ao nível interno, estava uma minoria que, opondo-se da acumulação coletiva, pretendia assenhorar-se dos meios de produção e alienar a força de trabalho e, por conseguinte, acumular riquezas. Ao nível externo, estava uma colisão de ideologias em que, por um lado, encontramos os representantes do capitalismo e, por outro, os do socialismo, ambos a disputarem entre si a hegemonia pelo mundo. Nos países subdesenvolvidos, como é o caso de Moçambique, as contradições ideológicas chegaram de originar guerras entre os representantes das duas correntes beligerantes. Tal é o caso da Guerra dos 16 anos em Moçambique.

Adotado oficialmente pelo III Congresso da FRELIMO em 1977, o socialismo em Moçambique viria conhecer o seu termo jurídico em 1990, altura em que inaugura-se a

segunda República, a multipartidária, em resposta das deliberações do V Congresso que firmou a reversão da orientação política da FRELIMO. (GONÇALVES, 2009). Na prática, a sua decadência começa nos meados da segunda metade da década de 80, altura em que as duas potências antagónicas (URSS e EUA) começam a se aproximar e sobretudo o fato da URSS não dispor de capacidades para sustentar a política do socialismo em concorrência com o capitalismo. Outro fator foi a morte precoce de Samora Moisés Machel, o grande líder e apologista do socialismo em Moçambique.

Apesar do socialismo moçambicano pertencer ao passado, continua presente no seio dos moçambicanos, quer na memória, quer em algumas representações sociais, pois, hoje, certas realizações são projetos ou inspiram-se nos modelos concebidos no seu tempo. Isto é inegável, pois direta ou indiretamente o socialismo deixou marcas na família moçambicana.

Considerações finais

A ideia de construção do socialismo em Moçambique foi uma tentativa de recuperar a imagem da pessoa humana e reconquistar a integridade e valores sociais marginalizados pela administração colonial que, ao colocar em frente das suas atenções a exploração capitalista desenfreada, acabou deixando de lado os valores humanos. Foi igualmente para recompor a unicidade do povo moçambicano que, pela divisão de classes do sistema anterior, viu se por vezes obrigado a negar-se a si mesmo. Portanto, só seria depois da instalação do aparelho administrativo e ideológico sob orientação política marxista-leninista que o governo iria implementar de verdade o socialismo em Moçambique e a educação como instrumento difusor dessas ideologias, uma vez que ela já provou ser um dos campos bem fecundos nesse sentido, não só, mas como também um instrumento que garante a mobilidade da população, permitindo assim que ela transite de uma classe para a outra. Consciente nisso, o governo socialista apostou tanto na educação para criar um homem novo, um homem culto e educado de acordo com a ideologia socialista e na perspectiva marxista-leninista.

Nessa perspectiva, o PPI, o plano decano do processo de desenvolvimento socioeconómico, resumia as acções concretas a serem implementadas no âmbito da reconstrução da economia nacional. Nesse contexto, estabeleceu estratégias de promoção da agricultura e da indústria como alavancas do progresso económico. Para aperfeiçoar as técnicas de produção, o governo criou as cooperativas, machambas do povo e estatais. Nesses

empreendimentos, o povo trabalhava lado a lado um do outro, acabando por cultivar o espírito de convivência social e unidade nacional. Juntava-se a estes empreendimentos, as aldeias comunais, típicos centros para a multiplicação dos valores de unidade e de redução das assimetrias sociais e da natureza classista. Portanto, no quadro da instalação do socialismo em Moçambique, o ano de 1977 é o mais decisivo e III Congresso o mais importante depois do I, pois foi nele que foram tomadas decisões pertinentes para a construção da sociedade moçambicana pós-independência. Foi em 1977 que a FRELIMO entrou no III Congresso como Movimento e saiu como Partido de orientação marxista-leninista. O III Congresso deliberou a planificação económica centralizada no Estado, definiu a alteração do quadro jurídico e social vigente cuja implementação seguiu-se pouco depois desta reunião. Foi em 1977 em que foram realizadas as primeiras eleições gerais e que surge a geração 08 de Março, chamada para cobrir o grande vazio de quadros deixado pela fuga dos seus ocupantes anteriores, só para dar alguns exemplos.

Em semelhança dos comités de gestão criados para a administração da Comuna de Paris, dos Sovietes na URSS, em Moçambique foram criadas as Assembleias Popular e do Povo, de modo a pôr em prática o poder popular socialista, que funcionou desde 1977, altura em que foi implantado oficialmente, até seu termo em 1990, quando entra em vigor uma nova Constituição da República, que introduz o multipartidarismo implementado em 1994, ao serem realizadas as primeiras eleições gerais multipartidárias.

Referências

BASÍLIO, Guilherme. *Estado e Escola na construção da identidade política moçambicana*. 2010. 241 f. Tese (Doutorado em Educação) –Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

BERG, Patrik. Movimentos Sociais: Futuro e Utopia. **Marxismo e Autogestão**, Goiânia, Ano 02. n. 3, p. 81-96, 2015.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicolas; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Volume 1. Tradução de Carmen C. Varriale, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cacaís e Renzo Dini. Brasília: UnB, 1998.

BRITO, Luís de. O Sistema eleitoral: uma dimensão crítica da representação política em Moçambique. In: BRITO, Luís de; et al. **Desafios para Moçambique 2010**. Maputo: IESE, 2009.

CASTIANO, José P; NGOENHA, Severino E; BERTHOUD, Gerald. **Alonga Marcha duma “Educação Para Todos” em Moçambique**. Maputo: Imprensa Universitária, 2005.

DA SILVA, Circe Mary Silva; DYNNIKOV, Vladimir Ivanovitch. Ideologia em problemas matemáticos nos livros didáticos soviéticos da pré-revolução até 1960. **Revista Brasileira de Educação**, vol.19, p. 201-207, 2014. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/275/27530123011.pdf>>. Acesso em: 09 Set. 2015.

DUROZOI, Gérard; ROUSSEL, André. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: PAPIRUS, 1993.

FRANK, André G; FUENTES, Marta. Dez Teses acerca dos Movimentos Sociais. **Lua Nova**. São Paulo, n. 17, p.19-48, 1989.

GÓMEZ, Miguel B. **Educação Moçambicana – História de um processo: 1962-1984**. Maputo: UEM, 1999.

GONÇALVES, António Cipriano P. **“Modernidades” Moçambicanas, crise de referências e a ética no programa de filosofia para o ensino médio**. 2009. 385 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

GUENNADI Ibraev. O plano de Stáline de transformação da natureza. **Para a História do Socialismo**, 2014. Disponível em: <<http://www.hist-socialismo.com/docs/PlanoAgricola.pdf>>. Acesso em: 09 Set. 2015.

HEDGES, David (coord.) *et. al.* **História de Moçambique V2: Moçambique no auge do colonialismo 1930-1961**. Maputo: UEM, 1999.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário Básico de Filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge ZAHAR Editor, 2006.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Jesus Renieri. São Paulo: Boitempo, 2008.

REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE. **Constituição**. Moçambique: 1975.

Sobre o autor

Óscar Morais Fernando Namuholopa

Possui graduação em Ensino de Historia pela Universidade Pedagógica de Moçambique (2010). Tem experiência na área de História, com ênfase em História. Atualmente cursa Mestrado em Sociologia na Universidade Federal de Goiás - UFG.

Artigo Recebido em Julho de 2016.
Artigo aceito para publicação em Outubro de 2016.